

CINEMATECA PORTUGUESA – MUSEU DO CINEMA
SVEN NYKVIST – O CULTO DA LUZ VIVA
4 e 8 de janeiro de 2022

DOMAREN / 1960
("O Juiz")

Um filme de Alf Sjöberg

Realização: Alf Sjöberg / *Argumento:* Vilhelm Moberg (autor da peça *Domaren*) e Alf Sjöberg / *Produção:* Rune Waldekranz (AB Sandrew Film) / *Direção de Fotografia:* Sven Nykvist / *Montagem:* Lennart Wallén / *Música:* Torbjörn Lundquist / *Direção Artística:* Bibi Lindström / *Interpretações:* Ingrid Thulin (Brita Randel), Gunnar Hellström (Albert Arnold), Per Myrberg (Krister Langton), Georg Rydeberg (Edvard Cuning), Naima Wifstrand (Wangdorff), Ulf Palme (Doutor Leonard), Åke Lindström (Lanner), Elof Ahrle (Thorvald), Holger Löwenadler (mediador) / *Cópia:* 35 mm, a preto-e-branco, falado em sueco, com legendas em inglês e legendas eletrônicas em português / *Duração:* 109 minutos / *Estreia Mundial:* 14 de outubro de 1960, Suécia / *Inédito Comercialmente em Portugal / Primeira Apresentação na Cinemateca.*

Em 1960, o nome de Sjöberg começava a perder o reconhecimento de outros tempos, quando fora o porta estandarte de uma nova geração do cinema sueco, tendo inclusivamente filmado o primeiro argumento de Ingmar Bergman, o drama neoexpressionista, alegoria histórica algo velada contra o nazismo, intitulado **Hets/Tortura** (1944). Este filme, retrato da relação sádica entre um professor de latim e o seu pupilo, mereceu a mais alta distinção do Festival de Cannes em 1946, colocando sob os holofotes mediáticos a promessa de um cinema sueco revigorado, capaz de suportar e transpor para novos territórios a herança deixada pelos mestres do cinema mudo, quando eram Mauritz Stiller e Victor Sjöström as figuras de proa. O momento da confirmação do talento de Sjöberg como cineasta dá-se em 1951, merecendo-lhe nova agraciação em Cannes: a adaptação ao cinema da peça de Strindberg **Fröken Julie/Vertigem** (1951), com um papel fulgurante de Anita Björk, recebeu à época, em *ex aequo* com **Miracolo a Milano** (1951) de Vittorio De Sica, o Grande Prémio do Festival. Logo a seguir, começa o ocaso da carreira do sueco no mundo do cinema, na sequência do fracasso do seu drama histórico **Barabbas** (1953), sinalizado com apupos e abandonos de sala no festival de Cannes de 1953.

Coincidência ou não, 1953 também é o ano em que **Sommaren med Monika/Mónica e o Desejo** é lançado, projetando o nome de Ingmar Bergman ainda mais alto – parece que não era possível haver dois galos para o mesmo poleiro, sobretudo se um desses galos apresentasse a dimensão de um Bergman. Sjöberg, diretor do principal teatro sueco, o Teatro Dramático Real de Estocolmo, *vulgo* Dramaten, desde os seus 27 anos, seguiria sendo uma referência maior nessa arte de palco, ficando a carreira no cinema algo obscurecida – e até enfraquecida – pela ascensão de um discípulo. Com efeito, Bergman sempre reconheceu Sjöberg como uma insuperável figura tutelar, com a qual, chegou a frisar, era escusado equiparar qualquer um dos seus feitos, nomeadamente na qualidade de diretor e encenador no Dramaten. Todavia, encontramos na obra destes dois “monstros sagrados das artes” a mesma acutilância e até crueldade na análise que fazem da sociedade sueca: em certa medida, **Hets**, **Fröken Julie** e este **Domaren/“O Juiz”**, adaptação de uma peça do escritor e jornalista Vilhelm Moberg, refletem uma capacidade particularmente fina de penetrarem no âmago das contradições de classe e, portanto, de se embrenharem nas teias de um poder quase invisível que torna pegajosa e endemicamente doente a sociedade sueca (e não só, uma vez que é muito amplo o alcance desta sátira).

Há um momento de **Fröken Julie** que resume bem o lado cruel, quase implacável, do modo como Sjöberg, depois de Strindberg, gosta de expor até ao absurdo – e jogar com – as diferenças e preconceitos de classe: após caírem nos braços um do outro, o empregado sofisticado e a sua patroa irreverente, e traumatizada, Julie, contam um ao outro as respetivas histórias de vida. No final, o empregado mostra-

se surpreendido: a vida da patroa parece-lhe muito mais corrompida e “suja” do que o seu passado pobre e humilde. Afinal, o que vale ou do que nos vale a superioridade de classe face a tanta baixez moral? O título em português de **Fröken Julie**, *Vertigem*, resume bem a sensação que é aí explorada com um fino sentido de crueldade. Se essa superioridade de classe não passa de uma construção com pés de barro, o que dizer do direito face à pesada e opaca máquina de poder que tanto o entorta e tortura nesta alegoria tragicômica chamada **Domaren**? Com a mesma fluidez de câmara e de montagem (uma fluidez que se confunde com lirismo ou delírio), Sjöberg fere-nos com uma história vertiginosa de corrupção humana: afinal, será a justiça apenas uma palavra sem sentido? O que leva um juiz a tirar proveito do seu estatuto para acumular riqueza e, com isso, arruinar pessoas como o protagonista deste filme, o jovem poeta, ainda a descobrir-se como tal, Krister (Per Myrberg)? Seguindo a proverbial pergunta/máxima, “quem guarda os guardas?”, também apetece perguntar: quem dá juízo ao juiz saqueador? Quem protegerá e administrará a justiça neste caso? Quem quer saber de Krister e do seu caso? Todas as (não) respostas a estas questões são aqui habilmente colocadas “em abismo” por Sjöberg, auxiliado pelo trabalho fotográfico de Sven Nykvist, o eterno diretor de fotografia de Ingmar Bergman. A alegoria visando a sociedade sueca é irresistivelmente sulfurosa. Desde cedo, o protagonista sabe que está perdido, concluindo que “Toda a gente é feita de gelo neste país danado”.

“Não há nada que deva temer”. As palavras pertencem ao único advogado que decide defendê-lo, Albert Arnold (o carismático Gunnar Hellström), e são ditas à companheira de Krister, uma mulher no centro do furacão (interpretação a cargo de Ingrid Thulin, atriz que desempenhou papéis marcantes em filmes de Ingmar Bergman, tais como **Smultronstället/Um Verão de Amor** [1957], **Nattvardsgästerna/Luz de Inverno** [1963] ou ainda, de maneira tão ou mais memorável, **Tysnaden/O Silêncio** [1963]). Ora, o advogado diz isso quando a personagem de Thulin já tem mais do que razões suficientes para ter medo de tudo e de todos. O drama torna-se poderosamente anti-sistémico, à maneira de um Kafka, na medida em que a luta é sempre inglória e, em certa medida, autofágica – é disso exemplo a posição ambígua do advogado desalinhado, mas cada vez mais imerso no lamaçal de um sistema de justiça levado ao absurdo da indiferença moral.

Talvez o único raio de luz ou possibilidade de resposta inequívoca às questões morais (vertiginosas) esteja contida não numa pessoa individual, mas numa pessoa coletiva: os redatores do jornal *Tribune*. Eles corporizam a perspetiva de um republicanismo salutar, que faz do “quarto poder” o último reduto de justiça – não a justiça toda, que isso não existe, mas a justiça possível, neste e noutros casos. A ironia trágica e cruel deste filme também aparece, de maneira “gélida”, no final, mais concretamente na cena do julgamento, quando a todo o mundo (isto é, a todo o tribunal) o entretanto ensandecido Krister se revela um “poeta feito”. Antes, numa sequência de contornos surrealistas, não muito distante das várias sequências oníricas que Bergman concebeu ao longo da sua carreira, a personagem delirara com “a percepção pública” da sua “culpabilidade”. A inocência de nada parece valer ao protagonista. Apesar ou por causa disso, durante o julgamento-feira, Sjöberg dá algumas pistas acerca de um certo sentido escondido desta alegoria: será que a escabrosa Eminência contribuiu de maneira decisiva, por caminhos muitíssimo sinuosos, para o nascimento de um poeta plenamente amadurecido? Questionamo-nos assim, porque, como propôs Jean-Luc Nancy em *Resistência da Poesia*, a poesia faz ou faz-se na dificuldade, no absolutamente difícil. **Domaren** é também sobre esse perverso “Absoluto”, dando-nos a ver o – e, levados pela vertigem, a rir um pouco de o – que Ele cria e destrói ou “cria destruindo”.

Luís Mendonça